

O REGIME DE PROGRESSÃO CONTINUADA: SEUS EFEITOS NO MEIO ESCOLAR

THE CONTINUED PROGRESSION REGIME: ITS EFFECTS ON SCHOOL

ARILTON GALVÃO PIMENTEL¹

RESUMO: A história da educação brasileira é marcada por diversos problemas, dentre esses destacamos a repetência e a evasão escolar. Assim, visando resolver tais problemas, diversas políticas educacionais foram sendo implementadas no sistema educativo nacional ao longo dos anos, todavia, sem sucesso, que consequentemente culminaram em suas respectivas extinções. Apesar dos fracassos de tais medidas, a LDB de 1996 faz alusão a mais uma ação visando solucionar os problemas supracitados, por meio do Regime de Progressão Continuada (RPC), que levou algumas cidades e estado brasileiro a adotarem tal política educativa, porém, foi no ano de 2010, que o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução nº 07/2010, institui o RPC, especificamente nos três primeiros anos do Ensino Fundamental objetivando a ausência da reprovação escolar, e dando orientações a que não se use a retenção (reprovação) escolar nas demais séries, contudo tal medida tem causado divergência a respeito de seus resultados. Dessa forma, objetivou-se nesse trabalho conhecer os efeitos negativos do RPC na vida de professores e de alunos do Ensino Fundamental, para isso, foi realizado uma pesquisa com enfoque qualitativo, do tipo bibliográfico. Assim, por meio de teses, dissertações, artigos e livros foi possível colhermos informações sobre os efeitos do RPC em diversas realidades brasileira. Portanto, firmados nas informações coletadas defendemos o entendimento de que o RPC é danoso tanto para o professor quanto para o aluno, sendo muito mais para este último, que acaba herdando lacunas de aprendizagem, que poderão acompanhá-lo por toda a vida, dificultando seu viver social, econômico e acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Regime de Progressão Continuada; Efeitos educacional; Aluno; Professor.

ABSTRACT: The history of Brazilian education is marked by several problems, among which we highlight repetition and school dropout. Thus, in order to solve these problems,

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). Licenciado em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC). Bacharelado em Direito pela Faculdade Ages. Professor da rede pública Municipal de Tucano-BA. Rua São Félix, 184, Tucano - BA, 48790-000. E-mail: Arilton52@hotmail.com

several educational policies have been implemented in the national educational system over the years, however, without success, which consequently culminated in their respective extinctions. Despite the failures of such measures, the LDB of 1996 alludes to another action aimed at solving the aforementioned problems, through the Regime of Continued Progression - PRC, which led some cities and Brazilian state to adopt such educational policy, however, it was in 2010 that the National Council of Education - CNE, through the Resolution, instituted the Regime of Continued Progression - PRC, specifically in the first three years of elementary school aiming at the absence of school failure, and giving guidance not to use school retention (disapproval) in other grades, however, this measure has caused divergence regarding its results. Thus, the objective of this study was to know the negative effects of the PRC on the lives of teachers and students in elementary school; for this, a qualitative research was conducted, of the bibliographic type. Thus, through theses, dissertations, articles and books, it was possible to gather information about the effects of the PRC on several Brazilian realities. Therefore, based on the information collected, we defend the understanding that the PRC is harmful to both the teacher and the student, being much more for the latter, who ends up inheriting learning gaps, which can accompany him throughout his life, hindering his social, economic and academic life.

KEY-WORDS: Continued Progression Regime; Educational effects; Student; Teacher.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado surge a partir da pesquisa de doutorado em Ciências da Educação, intitulada de: o sistema avaliativo da não reprovação: seus efeitos na vida escolar do aluno. Por meio de tal dissertação intuímos analisar os efeitos do Regime de Progressão Continuada (RPC) na vida escolar do aluno, tendo como amostra professores de uma determina escola no interior do estado da Bahia.

De maneira, que o artigo ora apresentado expõe de maneira sucinta os resultados dos estudos bibliográficos, os quais objetivaram conhecer os efeitos do RPC no desempenho pedagógico dos alunos.

De início, faz-se necessário conceituar o RPC, que pode ser compreendido como uma política educacional que visa resolver dois problemas sérios da educação nacional, a saber, a reprovação e a evasão escolar, assim, o RPC propõe a aprovação do aluno independente deste ter alcançado as habilidades e competências mínimas necessárias para que o educando possa avançar para o ano escolar posterior.

A implementação de tal política remonta a década de 1990, mui especificamente após a promulgação da Lei 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), datada do ano de 1996, que vem normatizar o sistema educacional intuindo a

melhoria da educação nacional (BRASIL, 1996). Assim, apoiados na LDBN cidades como: São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte iniciaram a implementação do RPC (MOURA, 2019).

Em meio a limitada adesão dos municípios brasileiros ao RPC, o Conselho Nacional de Educação (CNE), no ano de 2010, através da Resolução nº 07/2010, fim de dar maior notoriedade ao RPC, e levá-lo a uma implementação efetiva em todo território nacional, institui tal normativa, por meio da qual se manifestou contrário à retenção escolar no Ensino Fundamental 1, nas turmas do 1º, 2º e 3º ano, assim reforçando o que estava normatizado na LDBN (BRASIL, 2010).

Assim, o RPC intuiu corrigir o fluxo escolar e as possíveis consequências oriundas da reprovação, dentre estas a evasão. Porém, tal orientação do CNE não foi bem recebida por muitos pais de alunos, professores e acadêmicos, de maneira que surgiram opiniões divergentes entre os pesquisadores sobre o RPC.

Por quanto, para os defensores do RPC, tal política educacional é de grande relevância, pois, elimina a reprovação no ciclo 1 do Ensino Fundamental, pautado na crença de que ao término deste ciclo o aluno desenvolverá as habilidades e competências básicas no âmbito da leitura, escrita e matemática; e assim, seria evitado a evasão escolar.

Por outro lado, os opositores do RPC entendem que a mera aprovação do aluno, sem que o mesmo tenha desenvolvido as competências e habilidades mínimas para a continuidade dos seus estudos, é extremamente danosa, pois, o aluno passa de ano “sem saber de nada”, de modo que são geradas lacunas de aprendizagem que se manifestarão no Ensino Médio ou no Ensino Superior. Assim, o RPC não passa de um paliativo governamental para camuflar os insuficientes investimentos na educação pública brasileira.

Para os opositores do RPC o problema da evasão escolar não é a retenção, mas diversos outros problemas, dentre eles, as insuficiências econômicas do aluno e a falta de apoio familiar. Portanto, os opositores do RPC entendem que tal política educacional é insuficiente para a melhoria da educação nacional, além provocar diversos males, tanto aos professores como ao aluno.

2. METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo conhecer os efeitos negativos do RPC na vida de professores e de alunos do Ensino Fundamental, para isso, foi realizado uma pesquisa com enfoque qualitativo, do tipo bibliográfico, composta por: leis, livros e Cadernos da Fucamp, v.19, n.39, p.65-77/2020

produções acadêmicas, dentre elas: artigo, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Os descritores das obras são: avaliação escolar, educação em ciclo, reprovação escolar e aprovação continuada.

As fontes bibliográficas, segundo Gil (2010) são elaboradas a partir de material já publicado, sendo um elemento integrante de todos os trabalhos acadêmicos, estas podem “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores” (SEVERINO, 2007, p. 122).

A investigação bibliográfica é um processo baseado na busca de novos conhecimentos, a partir, da análise, da crítica ou da interpretação de dados oriundo dos registros de outros investigadores (ARIAS, 2006). Assim, tal pesquisa caracteriza-se como bibliográfica descritiva, pois por meio de obras de distintos autores, descreveremos os efeitos do RPC na vida escolar dos professores e dos alunos.

Inicialmente realizamos as leituras exploratórias a partir da qual chegamos as leituras seletivas e, por fim, à leitura analíticas, a qual levou à coleta de informações que possibilitaram a coleta de informações de distintos autores e de locais diversos que possibilitaram um entendimento mais amplo sobre os efeitos do RPC.

Portanto, a técnica bibliográfica, contribuiu para a absorção de uma quantidade significativa de informações sobre o tema, as quais levaram ao raciocínio científico, a partir do qual foi possível expor os efeitos do RPC na vida dos professores e alunos.

3. O REGIME DE PROGRESSÃO CONTINUADA: E OS SEUS EFEITOS NA VIDA DO ALUNO E DO PROFESSOR

A educação brasileira tem o estigma de possuir má qualidade, e assim sendo, apresenta um déficit com as camadas sociais mais pobres, e isso, origina-se no decurso de sua história, por meio dos descasos por parte dos governos para com a educação popular, que acabaram por provocar a exclusão dos mesmos, levando-os a possuírem os empregos com menor remuneração, isso quando conseguem empregos formais, quando não, ficam às margens da informalidade ou da criminalidade.

Para muitos, a má qualidade da educação nacional sempre foi demonstrada pelos altos índices de reprovação e evasão escolar, que geraram inúmeros males socioeconômicos, e isto, provocou diversas discursões e a implementação de políticas educacionais, que ao longo do tempo se mostraram insuficientes para a melhoria do sistema educativo brasileiro.

Na década de 1990, houve a redemocratização do Brasil, que trouxe ao campo educacional consolidações legais de grande relevância para a educação nacional, por meio da Constituição Federal (1988), a qual assegurou a Educação Básica gratuita e de qualidade (BRASIL, 1988), bem como, por meio da nova LDBN promulgada em 1996, a qual propôs a organização do sistema educativo em ciclo (BRASIL, 1996), de modo que tais normativas, culminaram na implementação de novas de políticas educacionais, as quais almejavam a superação das desigualdades e defasagem educacionais, de maneira que esse ensino pudesse manter os estudantes na escola evitando a reprovação e a evasão escolar, sendo que a reprovação escolar sempre mostrou-se demasiadamente preocupante como podemos ver na Tabela 1:

Tabela 1- Percentual de alunos reprovados de 1981 - 1990

Ano	Série 1	Série 2	Série 3	Série 4	Série 5
1981	41.4	29.7	26.0	22.1	39.6
1982	44.2	31.8	28.0	24.2	42.9
1983	45.1	32.5	28.9	25.3	43.5
1984	42.8	33.4	29.2	26.0	45.7
1985	40.9	35.3	29.3	26.5	44.6
1986	40.3	37.7	30.9	27.1	46.4
1987	39.8	37.9	30.7	26.4	45.3
1988	41.2	37.9	31.4	27.2	45.0
1989	41.0	36.1	30.1	25.8	44.6
1990	39.3	35.2	29.2	26.0	45.1

Fonte: Klein e Ribeiro (1995, p.59)

Tendo em vista tal situação, no ano de 2010, tivemos a implementação da Resolução CNE/CEB nº 7, datada de 14 de dezembro de 2010, que objetivou resolver o problema da reprovação e evasão escolar, tal política educacional foi intitulada de Regime de Progressão Continuada (RPC), outros a denominam de Progressão Automática (PA).

Para Rodrigues (2018) há diferença entre as políticas do RPC e da PA, a primeira centra-se na concepção de um planejamento sistemático que intui garantir a continuidade dos estudos, e conseqüentemente garanta sanar as insuficiências de aprendizagens, já a segunda é caracterizada pelo fato de que o aluno é aprovado independente de aprendizagens, e conseqüentemente não há a preocupação de reparar as insuficiências de aprendizagens. Porém, evidencia-se na prática que ambas as modalidades convergem para um objetivo em comum, a aprovação do aluno que possui algumas deficiências em sua aprendizagem, assim,

nos posicionamos neste trabalho entendendo que o RPC e o PA podem em sua essência serem entendidas como políticas sinônimas,

Assim, o RPC tem por finalidade eliminar a reprovação e a evasão escolar, de modo, que tal sistema caracteriza-se pela organização em ciclos de aprendizagens e teoricamente traz mudanças ao contexto escolar, dentre elas: ao currículo, na avaliação, na organização da escola e na formação continuada dos professores.

Porém, o RPC tem sido criticado por ser uma política que objetiva diminuir a reprovação, evasão e acelerar a passagem dos alunos no Ensino Fundamental, sem que os mesmos galguem um desenvolvimento cognitivo mínimo para a continuidade de seus estudos (MAINARDES, 2007 apud SOUZA, 2017).

O RPC veio isentar os alunos da possibilidade de reprovação no Ensino Fundamental, exceto no término de cada ciclo, onde em casos extremos de insuficiência de aprendizagem, poderia haver a reprovação, porém, geralmente essa se dá por conta da frequência inferior a 75% (BRITO JÚNIOR, 2018).

Assim, para galgar a façanha de resolver o problema da retenção escolar se institui a cultura de atribuir notas ou conceitos ao educando, de maneira que os documentos oficiais sejam preenchidos, e assim, se formaliza a PA dos estudantes (SILVA, 2019). Por certo que, o RPC constitui-se em uma forma paliativa de auxiliar os alunos que não conseguiram desenvolver as competências e habilidades mínimas necessárias para a progressão escolar, ou seja, progride-se o educando sem que este tenha alcançado o efetivo desenvolvimento cognitivo do aluno, proposto pelo currículo escolar para o ano letivo em curso.

Portanto, o RPC surgiu como elemento de grande relevância para a melhoria da educação nacional, pois objetivou resolver o grande problema do sistema educacional, a reprovação, de maneira que não acarretasse prejuízo ao desenvolvimento escolar do aluno, e assim, pudesse amenizar a defasagem idade/série, bem como, os índices de evasão escolar (RODRIGUEZ, 2018). Porém, na prática tal política se mostra extremamente danoso, como aponta Silva (2019):

Assim, pode-se resultar em um acúmulo de buracos ou lacunas na aprendizagem, onde a aprovação desse aluno mascara esses buracos, dando a impressão de que tudo ocorreu bem, ou seja, que o aluno está apto a cursar matérias ou tópicos mais avançados (SILVA et al., 2017).

É nessa perspectiva que se questiona a prática da aprovação automática nas escolas, quando se aprova esse aluno para anos posteriores, sem que ao menos ele tenha conseguido aprender os conteúdos mínimos do ano letivo anterior (SILVA, 2019, p.888).

Assim, institui-se um sistema que valoriza mais as competências qualitativas em detrimento as quantitativas, de maneira que o aluno acaba por ser predestinado a progressão dos estudos, mesmo em meio as defasagens significativas de aprendizagens. Portanto, “a ausência de reprovação dentro dos ciclos foi o fator que mais causou incômodo entre os profissionais da Educação” (CAMURÇA, 2016, p.61). Não podemos deixar de relatar as preocupações dos familiares que veem os alunos sendo aprovados, sem galgarem êxitos na aprendizagem escolar.

Para corroborar a implementação do RPC foi propagado o discurso de eficiência educacional, onde se afirmava que em uma educação eficiente “não pode haver nenhum aluno reprovado e nenhum caso de abandono escolar” (SANTINI; FUZINATO, 2019, p. 292). Em meio a tal discurso evidencia-se que nas práticas do RPC, a escola brasileira alcançaria a tão sonhada qualidade, pois não teria mais reprovações e resolveria sua maior consequência, a reprovação escolar.

Porém, o estudo de Silva (2017) realizado na rede municipal da cidade do Salvador demonstrou que os diversos programas adotados desde o ano de 1998, com o intuito de regularizar o fluxo escolar, pareceram não funcionarem muito bem, “pois os dados de repetência e reprovação continuam sendo um problema na Rede” (SILVA, 2017, p. 117).

Mediante ao exposto, surgem pensamentos de alguns pesquisadores e professores que vão de encontro ao RPC, pois os mesmos entendem que tal prática educativa traz efeitos negativos sobre a vida do professor e do aluno, e consequentemente o RPC não traz melhorias para os problemas históricos da educação nacional.

3.1 O RPC e os seus efeitos na vida do professor

A proposta do RPC requer um acompanhamento mais intenso do desempenho dos alunos, necessitando de avaliações contínuas e cumulativas da aprendizagem, recuperações paralelas ao longo do processo e ao final do ciclo, e todo esse excesso de ações decorre da “ausência de reprovação dentro do ciclo” (CAMURÇA, 2016, p.61). Assim, a demasia de atividades escolares, acaba gerando uma sobrecarga de trabalhos ao professor, que de acordo com Jacomini (2016 apud Ribeiro, et al. 2016) leva ao desgaste do docente, e consequentemente reduz os seus desempenhos em sala de aula.

Quadro 1- Efeitos do RPC na vida dos professores.

Autor	Efeitos do RPC
--------------	-----------------------

Jacomini (2016 apud Ribeiro, et al. 2016)	✓ Desgaste físico e mental; ✓ Redução do desempenho laboral.
Giroto (2018)	✓ Achatamento do salário; ✓ Controles técnicos e burocráticos das atividades pedagógicas; ✓ Falta de perspectivas na carreira; ✓ Responsabilidade pelo êxito escolar do aluno; ✓ Abandono da carreira de professor.
Camurça, 2016	✓ Preocupação com a efetiva aprendizagem do aluno

Fonte: Autor (2020)

Giroto (2018), em pesquisa realizada no sistema público de ensino do estado de São Paulo, detectou diversos efeitos provocados pelo RPC na vida do professor, dentre eles: o achatamento do salário, controles técnicos e burocráticos das atividades pedagógicas, falta de perspectivas na carreira e política de responsabilidade (nesta o mal resultado na aprendizagem do aluno é unicamente responsabilidade do professor). De modo que, o sistema de ciclo e o RPC têm levado uma grande massa de professores no estado de São Paulo a abandonarem a carreira do magistério.

3.2 O RPC e os seus efeitos na vida do aluno

As inquietudes dos pais e dos docentes em relação ao RPC, advém da substituição das avaliações pautadas nos conceitos quantitativos pelas formas avaliativas que primam pelos conceitos qualitativos, assim tal medida segundo Freitas et al., (2017) acaba por substituir as técnicas formais de avaliação que conduzem a uma nota que melhor expressa a real aprendizagem do aluno por um modelo “informal”, onde passa-se a atribuir juízos de valores, pautados em mera percepção do professor, que por vezes acabam por não refletir a real aprendizagem do aluno e acabam influenciar nos resultados finais.

De maneira que, tal prática avaliativa pode ser danosa, pois a aprendizagem real avaliada pelos instrumentos historicamente arraigado e que detectam com melhor precisão o possível nível de conhecimento aprendido pelo aluno, acaba sendo substituído por conceitos que não demonstram a aprendizagem efetiva, e, que por certo, acabaram por influenciar o desenvolvimento educacional do aluno.

Freitas et al., (2017) alerta que a avaliação qualitativa acaba culminando na aprovação do aluno levando em critério unicamente a relação estabelecida entre aluno e professor, descaracterizando assim um dos objetivos da avaliação escolar, que é aferir o conhecimento

adquirido pelo aluno. Assim, evidencia-se que a aprovação meramente por conceitos qualitativos distancia-se dos padrões lógicos, buscados pelo conhecimento científico, os quais são expressos na sua grade curricular, e estão sendo deixadas de lado nas suas novas formas avaliativas. De modo que, essa nova reestruturação deixou de lado “a lógica centrada nos conteúdos, em que predominava as preocupações com a seleção dos conceitos, princípios, leis, informações, que prestigiavam o papel central das disciplinas no processo de escolarização” (BARRETO e MITOS, 2001, p. 118 apud MOURA, 2019, p.88).

Portanto, essa modalidade avaliativa acaba por predestinar o aluno à aprovação escolar, e assim, cria-se um clima de falta de interesse do educando pelas “atividades, ou quando as realiza não demonstra o devido empenho, e apresenta desinteresse na aprendizagem, pois seu objetivo de promoção foi alcançado desde o início do ano” (BRITO JÚNIOR, 2018, p.518).

Para Camurça (2016), a predominância da avaliação quantitativa levou os alunos a serem displicentes e indisciplinados nas aulas, e assim, acabam dificultando o trabalho pedagógico. De maneira, que o RPC provoca no aluno o descaso pelo sistema educativo, pois incuti-lhe a ideia que independente de sua participação ativa, ele sabe que está assegurada a aprovação para o próximo ano escolar.

Em meio a isto, acaba-se por gerar “a não aprendizagem por boa parte do alunado” (SILVA, 2017, p. 116). Assim, o aluno acaba por avançar nos ciclos, sem que com tudo adquira as habilidades mínimas, pois em meio a práxis convencional da escola não há espaço para atividades para sanar as insuficiências deixadas por conta do RPC.

No estado de São Paulo por conta da eliminação plena da reprovação houve a redução na frequência dos alunos do Ensino Médio, de maneira que o sistema educativo teve que adotar medidas mais duras diante de tal problemática, impondo o que já estava estabelecido na LDBN, a frequência mínima de 75%, e aqueles que não cumprirem tal normativa sofreriam a reprovação (MOURA, 2019). De igual modo, Girotto (2018) aponta que os alunos oriundos do RPC apresentam baixo aproveitamento na capacidade de leitura, na realização de cálculos e na compreensão crítica,

Por isso, Silva (2019) afirma que tal política é frustrante, um faz de conta, de maneira que o RPC acaba por deixar na vida cognitiva do aluno sérios problemas, pois, este chegará a um momento que se sentirá frustrado com a falsa realidade criada pelo sistema educativo, que o induziu a crença de que avançou e de que havia desenvolvido o conhecimento escolar,

todavia em meio aos desafios do mundo contemporâneo, o mesmo constou quão frágil foi sua aprendizagem, levando-o a uma “confusão” (KHAN, 2013 apud SILVA, et al., 2017, p. 37).

Quadro 2 – Efeitos do RPC na vida do aluno

Autor	Efeitos do RPC
Barreto e Mito (2001, apud Moura, 2019)	✓ Diminuição na aprendizagem de, informações, conceitos, princípios e leis.
Brito Júnior (2018)	✓ Desinteresse pelas atividades pedagógicas; ✓ Desinteresse pela aprendizagem.
Camurça (2016)	✓ Displicência; ✓ Indisciplina.
Freitas et al. (2017)	✓ Avaliações pautadas na percepção do professor (subjetivas); ✓ Avaliações qualitativas que podem ser influenciadas pela relação interpessoal aluno professor.
Moura (2019)	✓ Queda na frequência escolar.
Silva (2017)	✓ Aprendizagem insuficiente/ ausência desta
Giroto (2018)	✓ Baixo aproveitamento na capacidade de leitura; ✓ Baixo aproveitamento na realização de cálculos; ✓ Baixo aproveitamento na compreensão crítica.
Khan (2013 apud Silva, et al., 2017)	✓ Confusão psíquica

Fonte: Autor (2020).

Silva (2019) traz algumas indagações de grande relevância no que tange aos alunos que concluíram seus estudos e foram contemplados pelo RPC nos moldes que estão sendo efetuados:

Surge um questionamento: que tipo de pessoa e de profissional estar-se auxiliando a formar, isto é, esses alunos seriam capazes de concorrer a determinadas vagas de emprego, por exemplo? A pergunta deve-se ao fato de que uma parte dos alunos, sobretudo os que integram a faixa etária maior que 25 anos preocupam-se com a sua inserção no mercado de trabalho e, entendem que para muitos tipos de trabalhos é necessário o mínimo possível de escolaridade (conclusão do ensino fundamental) (SILVA, 2019, p.890).

Por quanto, evidencia-se pautado em autores distintos, que realizaram em realidades diversas seus estudos, que o RPC traz diferentes males à vida do aluno, o que acaba por intensificar as problemáticas do nosso sistema educacional.

4. CONCLUSÃO

Ao analisarmos as informações coletas por meio da revisão bibliográfica, evidencia-se que o RPC é uma política educacional que objetiva resolver dois problemas de relevância na educação nacional, a reprovação e a evasão escolar, todavia, é notório que a mera implementação de tal ação educativa sem mudanças profundas no sistema, perpassando por mudanças estruturais dos espaços educacionais, uso de recursos tecnológicos de ponta em sala de aula, formação adequada de professores e maiores investimentos na educação, será insuficiente para a melhoria da educação, especialmente no que tange o mal crônico de nossa educação, a reprovação escolar.

Embora, perceba-se que nos ciclos onde foram implementados o RPC, houvera a redução total da reprovação, por outro lado evidencia-se em diversos estudos, que tal política não melhora a aprendizagem, pois seus índices continuam baixos e nossa educação de má qualidade, quando comparada com os rankings internacionais que objetivam aferir a qualidade educacional.

Assim, ao confrontarmos as alegações dos defensores do RPC, que afirmam que tal política educativa é de relevância para a melhoria educacional, com a realidade das escolas onde foram implementados o RPC, percebe-se na prática o contrário, pois evidencia-se a insuficiência de tal política na vida dos alunos que são aprovados por meio dessa ação educacional, estes acabam por manifestarem insuficiências de aprendizagem, dentre elas: deficiências de leitura, insuficiência de escrita e de noções matemáticas, de maneira que tais insuficiência mostram-se mais acentuadas no Ensino Médio, onde muitos acabam desmotivando e evadem da escola ou do Ensino Superior, onde irão manifestar as dificuldades no desenvolvimento de aprendizagens alguns conteúdos.

Portanto este trabalho trouxe os diferentes males causados aos professores e aos alunos, mostrando que nas realidades estudadas por diversos pesquisadores, o RPC trouxe mais males do que benefícios. Assim, a implementação do RPC deve ser repensada, pois do contrário estaremos com índices zerados de reprovação, porém sem aprendizagens e contaremos com uma grande massa de analfabetos funcionais, que hoje já se mostra o mal a ser combatido pela educação nacional.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARIAS, F. G. **El proyecto de investigación: introducción a la metodología científica**. 5ª ed. Caracas- Venezuela: Editora Epistemes, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 07/2010, de 9 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. [S. l.], 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 mar. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB, Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 5 de maio de 2020.

BRITO JÚNIOR, D. **Progressão continuada e políticas públicas educacionais**: estudo interdisciplinar da realidade educacional de Francisco Morato/SP. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade de Santo Amaro (UNISA). São Paulo, p. 103. 2018.

CAMURÇA, Y. A. **Avaliação e progressão continuada**: educação na contramão? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho – Uninove. São Paulo. 2016.

FREITAS, L. et al. **Avaliação educacional**: caminhando pela contra mão. 2ª Reimpressão. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª (ed). São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTTI, E. D. Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil. **Educar em Revista**, 34(71), 2018. 159-174.

KLEIN, R; RIBEIRO, S. C. A. pedagogia da repetência ao longo das décadas. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** Rio de Janeiro, v.3, n. 6, 1995. p. 55-62.

MOURA, C. H. G. **Os efeitos das recentes reformas no Ensino Fundamental**: obstáculos a uma atividade educativa crítica. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

RIBEIRO, V. M. et al. Crenças de professores sobre reprovação escolar: Relatório de pesquisa. **Cenpec**: São Paulo, 2016.

RODRIGUES, K. R. **Progressão continuada no bloco pedagógico**: desafios para a gestão escolar em uma escola pública da rede municipal de Santa Maria - RS. Dissertação (Mestrado

em Políticas Públicas e Gestão Educacional). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria- RS, p. 160. 2018.

SANTINI, G. J; FUZINATO, J. M. Análise do aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Escola Pública Municipal de Guarantã do Norte/MT no período 2007-2017. **Debates em Educação**, 11(23), 2019. 284-298.

SEVERINO, A. J. **Método do trabalho científico**. (23º) ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, R. N. A progressão continuada no ensino fundamental: relato de experiência docente na disciplina de Ciências. **Diversitas Journal**, 4(3), 2019. pp. 877-892.

SILVA, A. A. S. **A política do ciclo de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental**: uma análise a partir do ciclo de políticas. Tese (Doutorado em Educação) Programa de pós-graduação em educação –PPGE. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE: Recife- Pernambuco, p.256. 2017.

SOUZA, S. F. O. B. **A progressão continuada e suas implicações na avaliação da aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Escola Superior de Educação Almeida Garret- ESEAG. Lisboa, Portugal, p.105. 2017.